Companhia Energética Sinop S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais do
Período de Três e Nove Meses Findo
em 30 de Setembro de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Índice

Comentário de Desempenho
Introdução 4
Destaques do período 4
Sobre a Sinop Energia 5
Estrutura societária 6
Composição da administração 6
Informações operacionais 7
Destinação da energia gerada 7
Valores mobiliários da Companhia 7
Ações socioambientais 7
Indicadores econômico-financeiros 8
Custos com geração de energia elétrica 9
Despesas gerais e administrativas 10
Declaração sobre os serviços prestados pelos auditores independentes 11
Declaração da diretoria 11
Mensagem da Administração 12

Informações Contábeis Intermediárias
Relatório Sobre a Revisão de Informações Trimestrais 13
Balanço Patrimonial
- Ativo 15
- Passivo e Patrimônio Líquido 16

Demonstração do Resultado 17
Demonstração do Resultado Abrangente 18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19
Demonstração do Fluxo de Caixa 20
Demonstração do Valor Adicionado 21
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 22

Comentário de desempenho

Terceiro trimestre de 2023

Divulgado em 01 de novembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao período findo em 30 de setembro de 2023.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022 para o Comentário de Desempenho, a Companhia também disponibiliza as informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2023, acompanhadas do relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2023 são apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional ISA 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas informações contábeis intermediárias consideram também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração os períodos findo em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022, para as contas de resultado e período findo em 30 de setembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para as contas patrimoniais, exceto quando informado diferente. Adicionalmente, as informações do Comentário de Desempenho estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2023.

Destaques do Período:

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no período somou 1.507.303 MWh, sendo 1.397.732 MWh no ACR, 37.477 MWh no ACL e 72.094 MWh junto a CCEE, (1.519.948 MWh, sendo 1.404.205 MWh no ACR, 37.477 MWh no ACL e 113.797 MWh junto a CCEE, em 30 de setembro de 2022).

- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA no montante de R$ 131.167 (R$ 80.946, em 30 de setembro de 2022).

- **Investimentos capex:** A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R$ 9.959 (R$ 32.915, em 30 de setembro de 2022).

- **Operação Comercial:** a Usina atingiu elevados índices de disponibilidade no período, 97,47%, (97,13%, em 30 de setembro de 2022) consolidando a estratégia de recuperação do FID.

- **Benefício fiscal da SUDAM:** Obtenção do Laudo Constitutivo nº 055/2023 do direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis**,** calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos, tendo em vista o atendimento das condições e requisitos legais exigidos constantes do Processo nº CUP 59004.001869/2022-06.

- **Manutenção Programada de 16.000 horas da Unidade Geradora 02:** Realizada, no período de 03 a 12 de julho de 2023, em conformidade com o manual de operação e manutenção do fabricante. A manutenção, inicialmente prevista para ser realizada em 11 dias, foi realizada em 09 dias, com antecipação de aproximadamente 40 horas, diminuindo a indisponibilidade da unidade e melhorando assim o Fator de Disponibilidade da Usina.

- **Certificação I-REC:** Obtenção da certificação I-REC (Renewable Energy Certificate), emitido no Brasil, pelo Instituto Totum. A certificação garante que a energia produzida pelo empreendimento é limpa e renovável, seguindo recomendações e critérios de padrões internacionais de rastreamento de atributos ambientais de Energia.

- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 10 de agosto de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Pierre Stéphane Bernard, como representante da acionista EDF Brasil Holding S.A.

- **Substituição da Diretoria Executiva:** Realizada, em 22 de agosto de 2023, a Reunião do Conselho de Administração (RCA), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição dos novos membros da Diretora Executiva, sendo o Sr. Carlos Roberto Boscaini Junior, como Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários / Diretor Presidente e o Sr. Sergio Carvalho Aguiar, como Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores.

- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 24 de agosto de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Tiago Barbosa Diniz, como representante da acionista Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.

- **Reorganização Societária**: realizada, em 21 de setembro de 2023, a reorganização societária, transferindo as ações da Companhia Energética Sinop S.A., detidas pela Termelétrica Norte Fluminense S.A., para a EDF Brasil Holding S.A. Nesse processo, houve o aditamento da Escritura de Emissão de Debêntures, do Contrato de Penhor de Ações (BNDES) e do Contrato de Financiamento (BNDES). A Escritura de Emissão de Debêntures está em processo de Registro na Junta Comercial e nos cartórios de Sinop, Rio de janeiro, Recife e Brasília. O Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Financiamento estão em processo de assinatura no BNDES.

Sobre a Sinop Energia

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

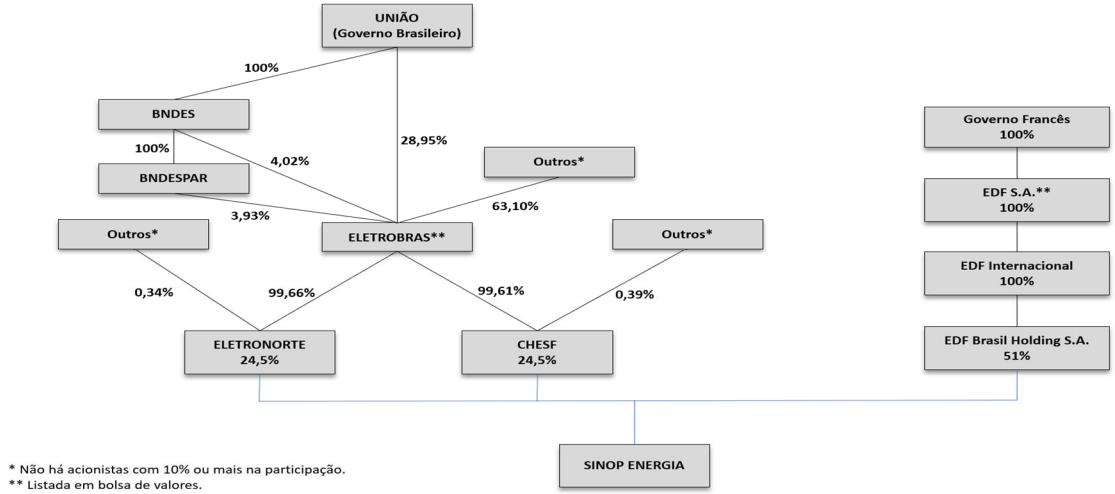
A Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social exclusivo, a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) EDF Brasil Holding S.A, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”).

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Estrutura Societária

(em 30 de setembro de 2023)



Composição da Administração

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Antônio Augusto Bechara Pardauil *Presidente do Conselho de Administração*	Gilberto Tannús Elias *Membro Suplente*
Tiago Barbosa Diniz *Membro Efetivo*	Edinaldo Pereira de Lima *Membro Suplente*
Pierre Stéphane Bernard *Membro Efetivo*	Verônia Vara Eiriz *Membro Suplente*
Thierry Marc Rene Caillaud *Membro Efetivo*	Mariano Javier Gaio *Membro Suplente*

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Fernando de Andrade Paladino *Presidente do Conselho Fiscal*	Será nomeado em AGO. *Membro Suplente*
Gustavo Loureiro Chagas *Membro Efetivo*	Hugo Leonardo da Silva *Membro Suplente*
Nicolau Rolhing Volpato *Membro Efetivo*	Danielle Jar Queiro de Souto *Membro Suplente*

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Carlos Roberto Boscaini Junior	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Sergio Carvalho Aguiar	Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Contador

Alessandro Camilo da Silva	CRCMT 005078

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atende ao consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop é comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada.

Destinação da energia gerada

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MWmédios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) *Contraparte: 34 Clientes Terceiros*	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre *Contraparte: CHESF (acionista)*	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre *Contraparte: ELETRONORTE (acionista)*	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	**21,28**

Valores Mobiliários da Companhia

Em 30 de setembro de 2023 e 2022, o valor total de capital social integralizado é de R$ 2.234.136, que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, centro e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas ("Ações ON") sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 21.

Ações Socioambientais

Os programas ambientais estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para a Etapa de Operação do empreendimento permanecem sendo realizados em conformidade com o cronograma definido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), inclusive as ações vinculadas ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, com a recuperação de parte das áreas utilizadas como canteiro de obras do empreendimento e restauração das Áreas de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório, já cumpridos 574,81 hectares entre 2021 e setembro de 2023.

Está em andamento a transferência da escritura pública da propriedade do Reassentamento Rural Coletivo ("RRC"), em conformidade com o Termo de Quitação e RRC com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ("INCRA"), assinado em junho de 2023. O RRC foi implantado pela Sinop Energia, para remanejamento de 28 famílias afetadas pela formação do reservatório na área do Projeto de Desenvolvimento Sustentável ("PDS") 12 de Outubro. Com esse recebimento, ficará a cargo do INCRA a titulação e regularização das famílias remanejadas.

Também estão em tratativas internas o preparo para a solicitação da renovação da Licença de Operação da UHE Sinop, prevista para ocorrer até fevereiro de 2024. Foi solicitado ao IBAMA a definição de competência para a referida renovação, uma vez que a Lei Complementar nº 140/2011 e Decreto nº 8.437/2015 enquadram a renovação da licença do empreendimento para a esfera Federal, porém com possibilidade de repassar a responsabilidade ao Estado através de convênio, que está sendo discutido nesse momento. Cabe ressaltar que a licença está vigente até agosto de 2024.

Indicadores e índices Econômico-financeiros

	Unidade	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	Absoluta	%
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.397.732	1.404.205	(6.473)	(0,5%)
Energia Comercializada (ACL)	MWh	37.477	37.477	-	-
Energia Comercializada (CCEE)	MWh	72.094	113.797	(41.703)	(36,6%)
Receita líquida com venda de energia elétrica	R$, mil	256.046	230.721	25.325	11,0%
Margem bruta	%	35,5%	27,2%	8,3p.p.	30,5%
Resultado líquido do período	R$, mil	(10.309)	(35.005)	24.696	70,5%
Margem líquida	%	(4,0%)	(15,2%)	11,2p.p.	73,7%

	Unidade	30/09/2023	31/12/2022	Absoluta	%
Investimentos (capex)	R$, mil	9.959	34.569	(24.610)	(71,2%)
Endividamento	R$, mil	1.447.124	1.459.222	(12.098)	(0,8%)
BNDES	R$, mil	1.142.478	1.160.042	(17.564)	(1,5%)
Debêntures	R$, mil	304.646	299.180	5.466	1,8%
Dívida líquida[1]	R$, mil	1.391.315	1.307.460	(83.855)	(6,4%)
Índice de capital próprio (ICP)[2]	%	45,8%	45,6%	0,2p.p.	0,4%
Índice de liquidez corrente (ILC)[3]		1,5	1,6	(0,1)	(6,3%)
Número de empregados próprios[4]		30	35	(5)	(14,3%)
(Prejuízo) líquido por ação	R$	(0,00461)	(0,03474)	0,03013	86,7%
Quantidade de ações[5]	Mil	2.234.136	2.234.136	-	-

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total.
3. Índice de Liquidez Corrente (ILC): Ativo circulante/Passivo circulante.
4. Posição no final do exercício.
5. Média ponderada de ações ordinárias.

EBITDA[1]

No período findo em 30 de setembro de 2023, a Companhia apresentou o EBITDA de R$ 131.164 (R$ 80.946, em 30 de setembro de 2022).

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o prejuízo no exercício e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Resultado do período	(10.309)	(35.005)
Imposto de renda e contribuição social diferido – Nota explicativa 12.	(5.100)	(17.655)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas – Nota explicativa 27	97.291	104.783
Depreciação e amortização – Nota explicativa 25a e 26c	49.282	45.237

[1] O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
EBITDA	**131.164**	**97.360**
Receita operacional líquida – Nota explicativa 22	256.046	230.721
Margem EBITDA	**51,2%**	**42,2%**
EBITDA	**131.164**	**97.360**
(+/-) Itens não recorrentes – (*)	(15.783)	9.015
EBITDA ajustado	115.381	106.375
Margem EBITDA ajustado	**45,1%**	**46,1%**

(*) Em agosto de 2022, a Companhia pleiteou o expurgo de horas indisponíveis, referente ao período de novembro de 2020 a janeiro de 2021 (45 dias), em que a UHE Sinop ficou com restrições operativas por questões ambientais (SEMA/MT). Após o deferimento da ANEEL, através do Despacho Nº 3.607, em fevereiro de 2023 ocorreu a recontabilização dos efeitos do expurgo na CCEE, referente ao período de janeiro de 2021 a novembro de 2022 no valor de R$ 15.783. Nota Explicativa 22.

(*) O ajuste de R$ 9.015, no segundo trimestre do ano anterior, refere-se a: (i) celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público no âmbito do inquérito civil n. 183-053/2020 em trâmite na Comarca de Cláudia, Estado do Mato Grosso, no qual foi pactuada indenização pelos eventos de morte de peixes ocorridos em março e agosto de 2020 no montante de R$ 8.015; e (ii) um Acordo de Não Persecução Penal entre a Companhia com o Ministério Público, em razão de 5 eventos de mortandade de peixes ocorridos entre fevereiro de 2019 e agosto de 2020, no qual foi prevista uma prestação pecuniária de R$ 1.000.

Endividamento Líquido e Grau de Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no período.

	30/09/2023	31/12/2022
Financiamento BNDES	**1.142.478**	**1.160.042**
Circulante	39.820	36.967
Não Circulante	1.102.658	1.123.075
Debêntures	**304.646**	**299.180**
Circulante	42.585	35.744
Não Circulante	262.061	263.436
Endividamento bruto	**1.447.124**	**1.459.222**
(-) Caixa e equivalentes de caixa[1]	(55.809)	(151.762)
Endividamento líquido[2]	**1.391.315**	**1.307.460**
Patrimônio líquido	1.349.122	1.359.431
Ativo total	2.943.741	2.982.804
Índice de capital próprio[3]	**0,46**	**0,46**
Ativo circulante	222.842	214.085
Passivo circulante	144.235	137.851
Índice de liquidez corrente[4]	**1,5**	**1,6**

1) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
2) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
3) Patrimônio líquido / Ativo total
4) Ativo circulante / Passivo circulante

Custos com geração de energia elétrica - Notas Explicativas nº 23, 24 e 25

Os custos com geração de energia elétrica apresentaram uma redução de 1,8% no período findo em 30 de setembro de 2023 comparada com o mesmo período do ano anterior.

A rubrica “Energia elétrica comprada para revenda” apresentou uma redução de 18,5% no período findo em 30 de setembro de 2023 comparada com o mesmo período do ano anterior. No final do exercício de 2022 a Companhia possuía quatro contratos de compra de energia para revenda, totalizando 56.784 MWh, com o término de um dos contratos, em dezembro de 2022, a Companhia permaneceu apenas com três contratos, totalizando 44.160 MWh. A redução das compras de energia para revenda, ocorre em virtude da recuperação gradativa do FID, diante da melhoria operacional da Usina. Destacamos que não há previsão para novas contratações de energia para revenda, considerando que os contratos atuais, são suficientes até a recuperação total do FID, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2025.

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	Var. %
Depreciações e amortizações	(49.171)	(45.129)	9,0%
Encargos de uso do sistema de transmissão – EUST	(39.796)	(36.540)	8,9%
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(31.139)	(38.219)	(18,5%)
Seguro de risco hidrológico	(21.236)	(20.078)	5,8%
Serviços de terceiros (a)	(17.994)	(20.133)	(10,6%)
Outros	(2.699)	(3.571)	(24,4%)
Pessoal, encargos e benefícios (b)	(2.192)	(3.358)	(34,7%)
Materiais	(882)	(1.052)	(16,2%)
Total	**(165.109)**	**(168.080)**	**(1,8%)**

(*) Considera o aporte financeiro junto a CCEE e os tributos sobre a compra de energia elétrica (PIS e Cofins).

(a) Serviços de terceiros

Os custos com os serviços de terceiros apresentaram uma redução de 10,6% acumulada no período findo em 30 de setembro de 2023 comparada com mesmo período do ano anterior.

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	Var. %
Gastos de O&M da Usina (i)	(11.808)	(8.129)	45,3%
Programas socioambientais (ii)	(4.199)	(10.521)	(60,1%)
Outros	(1.059)	(733)	44,5%
Monitoramento e vigilância	(928)	(750)	23,7%
Total	**(17.994)**	**(20.133)**	**(10,6%)**

(i) Aumento significativo representado pela manutenção dos sistemas auxiliares (bombas de esgotamento) e parada programada de 16.000 horas da Unidade Geradora 02; e
(ii) Redução significativa representada pela contabilização do TAC 06/2022-SEMA no 2T22.

(b) Custos com pessoal, encargos e benefícios – área técnica (O&M e socioambiental)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram uma redução de 34,7% acumulada no período findo em 30 de setembro de 2023 comparados com o mesmo período do ano anterior. O impacto desta redução está associado a metodologia de rateio, onde os custos destas rubricas foram distribuídos aos projetos socioambientais. (CAPEX).

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	Var. %
Remuneração de empregados	(1.073)	(1.663)	(35,5%)
Encargos trabalhistas	(674)	(1.102)	(38,8%)
Benefícios a empregados	(445)	(593)	(25,0%)
Total	**(2.192)**	**(3.358)**	**(34,7%)**

Despesas gerais e administrativas – Nota Explicativa nº 26

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 13,9% acumulado no período findo em 30 de setembro de 2023 comparados com o mesmo período do ano anterior, representadas principalmente pela rubrica de "Serviços de terceiros".

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	Var. %
Pessoal, encargos e benefícios (a)	(5.172)	(5.191)	(0,4%)
Serviços de terceiros (b)	(2.374)	(4.103)	(42,1%)
Outros	(571)	(698)	(18,2%)
Penalidades regulatórias e fiscais	(416)	(55)	656,4%
Arrendamentos e aluguéis	(164)	(165)	(0,6%)
Passagens e hospedagens	(126)	(97)	29,9%
Materiais	(121)	(103)	17,5%
Depreciações e amortizações	(111)	(106)	4,7%
Total	**(9.055)**	**(10.518)**	**(13,9%)**

(a) Despesas com pessoal, encargos e benefícios – área administrativa e diretoria

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram uma redução de 0,4% acumulada no período findo em 30 de setembro de 2023 comparadas com o mesmo período do ano anterior. A Companhia mantém a quantidade de dezessete (17) de colaboradores no final do período de 30 de setembro de 2023 (quinze (15), no final do período de 30 de setembro de 2022).

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	Var. %
Remuneração de empregados (i)	(2.697)	(2.359)	14,3%
Encargos trabalhistas	(1.651)	(2.081)	(20,7%)
Benefícios a empregados	(824)	(751)	9,7%
Total	**(5.172)**	**(5.191)**	**(0,4%)**

(i) Aumento significativo representado por duas rescisões trabalhistas de cargos de nível de diretoria, ocorridas no 3T23;

(b) Serviços de terceiros administrativos e gerais

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 43,1% acumulada no período findo em 30 de setembro de 2023 comparadas com o mesmo período do ano anterior, representados significativamente pelas rubricas "Consultorias, honorários advocatícios e contábeis".

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	Var. %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis (i)	(1.718)	(3.382)	(49,2%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(284)	(374)	(24,1%)
Outros	(180)	(141)	0,0%
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(106)	(95)	11,6%
Monitoramento e vigilância	(86)	(110)	(21,8%)
Total	**(2.374)**	**(4.102)**	**(43,1%)**

(i) Redução significativa representada pela contabilização dos honorários advocatícios com relação ao Acordo do TAC 06/2022 e ANPP no 2T22.

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021, A Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 27 de março de 2023, para a emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 e os relatórios sobre as informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março, 30 de junho e o período a findar-se em 30 de setembro de 2023. A Deloitte presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações apresentadas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às informações contábeis intermediárias estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das informações contábeis intermediárias referentes a 30 de setembro de 2023 e demonstrações financeiras auditadas referentes a 31 de dezembro de 2022. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos v e vi, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2023, e com a conclusão expressa no relatório dos auditores sobre a revisão de informações contábeis intermediárias da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. referente às mesmas.

Mensagem da Administração

A UHE Sinop mantém-se em contínua melhoria de seus indicadores, com ótimo desempenho operacional e disponibilidade, encerrando o trimestre com o FID de 91,53%, na base de 60 (sessenta) meses. A Companhia está também gerenciando seus custos de forma racional, mantendo todos os programas ambientais e cumprindo suas obrigações com credores e terceiros. Isso permitiu que a Companhia mantivesse um caixa robusto, reforçando sua liquidez. Com a implantação da Política de LGPD, o novo Código de Conduta e o Canal de Denúncia, a Companhia está alinhada com seus objetivos de maior transparência e com as melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, a Sinop Energia conta com o direcionamento estratégico de seu Conselho de Administração, alinhando-se aos objetivos de seus acionistas. Os Comitês Técnicos têm apoiado, com sua expertise, as equipes da Companhia, atingindo elevados níveis nas áreas de O&M e Ambiental, buscando a melhoria contínua e a excelência em seus processos.

Certo de estarmos cumprindo com os compromissos assumidos com a comunidade, poder público, credores e acionistas, agradecemos o apoio e a confiança depositados.

Diretoria da Sinop Energia

Deloitte Touche Tohmatsu
Setor Comercial Sul, Quadra 9,
Torre A, Ed. Parque Cidade Corporate, Sala 1104
70308-200 Brasília - DF
Brasil

Tel.: + 55 (61) 3224-3924
Fax: + 55 (61) 3226-6087
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 1 de novembro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” DF

Bruno Cunha Dutra da Silveira
Contador
CRC nº MG 112354/O-4 “T” DF

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Companhia Energética Sinop S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	55.809	75.686
Aplicações financeiras	7	92.047	76.076
Contas a receber	8	55.111	41.064
Estoques	9	9.145	7.250
Tributos e contribuições a recuperar	10	9.632	11.151
Adiantamentos		378	657
Despesas antecipadas		720	2.201
Total do ativo circulante		**222.842**	**214.085**
Não Circulante			
Outros ativos		2.684	-
Depósitos judiciais		279	273
Tributos e contribuições a recuperar	10	20.332	17.535
Fundos vinculados	11	98.445	111.084
Ativo fiscal diferido	12	439.856	434.756
Total do realizável a longo prazo		**561.596**	**563.648**
Imobilizado	13	2.128.386	2.173.257
Intangível	14	30.917	31.814
Total do ativo não circulante		**2.720.899**	**2.768.719**
Total do ativo		**2.943.741**	**2.982.804**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	17.864	21.768
Tributos e contribuições a recolher		2.275	3.815
Obrigações trabalhistas		1.030	995
Obrigações setoriais		1.381	1.407
Financiamento BNDES	16	39.820	36.967
Debêntures	17	42.585	35.744
Uso do bem público	18	2.647	2.549
Provisões socioambientais	19	36.607	34.558
Outros passivos circulantes		26	48
Total do passivo circulante		**144.235**	**137.851**
Não Circulante			
Financiamento BNDES	16	1.102.658	1.123.075
Debêntures	17	262.061	263.436
Obrigações setoriais		2.507	1.624
Uso do bem público	18	34.236	34.537
Provisões socioambientais	19	48.509	62.433
Provisões para contingências	20	140	135
Obrigações especiais		273	282
Total do passivo não circulante		**1.450.384**	**1.485.522**
Total do passivo		**1.594.619**	**1.623.373**
Patrimônio Líquido			
Capital social	21	2.234.136	2.234.136
Prejuízos acumulados	21	(885.014)	(874.705)
Total do patrimônio líquido		**1.349.122**	**1.359.431**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.943.741**	**2.982.804**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	Nota	**30/09/2023**	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Receitas de vendas					
Receitas líquidas com vendas de energia	22	80.269	78.715	256.046	230.721
Custos das vendas					
Energia elétrica comprada para revenda	23	(18.438)	(20.636)	(52.375)	(58.297)
Encargos de uso do sistema de transmissão	24	(13.536)	(13.151)	(39.796)	(36.540)
Outros custos com geração de energia elétrica	25	(25.680)	(25.031)	(72.938)	(73.243)
Lucro bruto		**22.615**	**19.897**	**90.937**	**62.641**
Despesas gerais administrativas	26	(3.340)	(3.004)	(9.055)	(10.518)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**19.275**	**16.893**	**81.882**	**52.123**
Receitas financeiras	27	7.575	8.938	23.217	24.048
Despesas financeiras	27	(36.265)	(32.752)	(120.508)	(128.831)
Resultado financeiro	27	**(28.690)**	**(23.814)**	**(97.291)**	**(104.783)**
Resultado antes dos impostos		**(9.415)**	**(6.921)**	**(15.409)**	**(52.660)**
Contribuição social diferida	12	716	475	1.350	4.669
Imposto de renda diferido	12	1.977	1.325	3.750	12.986
Resultado do período		**(6.722)**	**(5.121)**	**(10.309)**	**(35.005)**
Resultado por ação					
(Prejuízo) básico/diluído por ação - R$		(0,00301)	(0,00229)	(0,004615)	(0,015668)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Resultado do período		**(6.722)**	**(5.121)**	**(10.309)**	**(35.005)**
Outros resultados abrangentes		**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado abrangente do período		**(6.722)**	**(5.121)**	**(10.309)**	**(35.005)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**2.234.136**	**(797.081)**	**1.437.055**
(Prejuízo) do período		-	(35.005)	(35.005)
Saldo em 30 de setembro de 2022	21	**2.234.136**	**(832.086)**	**1.402.050**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**2.234.136**	**(874.705)**	**1.359.431**
(Prejuízo) do período		-	(10.309)	(10.309)
Saldo em 30 de setembro de 2023	21	**2.234.136**	**(885.014)**	**1.349.122**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de nove meses findos em 30/09/2023	30/09/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período		(10.309)	(35.005)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(5.100)	(17.655)
Encargos da dívida	16	115.820	113.826
Provisão socioambiental		71	9.015
Receitas financeiras dos fundos vinculados		(8.555)	(5.622)
Receitas financeiras sobre as aplicações		(6.991)	-
Provisões para contingências		5	9
Aumento das provisões por atualização monetária		1.978	10.479
Depreciação e amortização	25a e 26c	55.493	52.127
		142.412	**127.174**
Variações no ativo			
Aplicações financeiras		(85.056)	-
Adiantamentos		279	(55)
Tributos e contribuições a recuperar		(1.278)	5.064
Contas a receber		(14.047)	(3.679)
Despesas antecipadas		1.481	(811)
Estoques		(1.895)	(1.097)
Outros ativos		(2.386)	1.774
		(102.902)	**1.196**
Variações no passivo			
Fornecedores		(5.310)	(2.762)
Tributos e contribuições a recolher		(1.540)	243
Obrigações trabalhistas		35	343
Obrigações setoriais		664	(2.587)
Obrigações socioambientais		(14.374)	-
Uso do bem público		(1.988)	(1.877)
Outros passivos		(13)	(775)
		(22.526)	**(7.415)**
Caixa gerado pelas operações		**16.984**	**120.955**
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	16	(74.571)	(25.223)
Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures	17	(12.146)	(12.174)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(69.733)**	**83.558**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adição de imobilizado	13	(6.228)	(9.547)
Venda de imobilizado	13	15	-
Fundos vinculados		21.194	(19.656)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**14.981**	**(29.203)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação financiamento - BNDES	16	-	981
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	16	(28.374)	(8.796)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)	16 e 17	(12.827)	(7.578)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		**(41.201)**	**(15.393)**
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		**(95.953)**	**38.962**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	151.762	121.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	55.809	160.753
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		**(95.953)**	**38.962**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de nove meses findos em 30/09/2023	30/09/2022
1 – Receitas			
Vendas de energia, serviços e outros		294.554	266.578
		294.554	**266.578**
2 - Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(55.354)	(62.169)
Encargos pelo uso do sistema de transmissão - EUST		(43.798)	(40.223)
Encargos setoriais		(11.261)	(9.823)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(24.896)	(29.532)
Outras (Contingências trabalhistas)		(5)	(7)
		(135.314)	**(141.754)**
3 - Valor adicionado bruto		**159.240**	**124.824**
4 - Depreciação e amortização	25a e 26c	**(55.493)**	**(52.127)**
5 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**103.747**	**72.697**
6 - Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	27	23.217	24.048
		23.217	**24.048**
7 - Valor adicionado total a distribuir		**126.964**	**96.745**
8 - Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		5.565	6.631
Benefícios		1.292	1.385
FGTS		507	533
	25c e 26a	**7.364**	**8.549**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		9.231	(5.799)
Estaduais		3	2
Municipais		3	2
		9.237	**(5.795)**
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	27	120.508	128.831
Aluguéis	26	164	165
		120.672	**128.996**
Remuneração de capitais próprios			
Resultado do período	21	(10.309)	(35.005)
		(10.309)	**(35.005)**
Valor adicionado total		**126.964**	**96.745**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia" ou "Sinop Energia") é uma sociedade anônima, com objeto social exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Sinop, de capital aberto, categoria "B", constituída em 28 de outubro de 2013.
Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu estatuto alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., e em 21 de setembro de 2023, novamente foi alterado para a EDF Brasil Holding S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 21), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop ("UHE" ou "UHE Sinop" ou "Usina" ou "Empreendimento"), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade, conforme Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Companhia. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Jardim Botânico, Av. dos Flamboyants, 684, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

Após a conclusão do enchimento do reservatório, a Sinop Energia realizou as tratativas com o órgão ambiental, sendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960 e autorizou o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024.

Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de Atendimento aos Requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a UG2 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG2 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG2 ocorreu em 17 de setembro de 2019.

Para a UG1, o ONS emitiu a DAPR/P em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual liberou a unidade geradora UG1 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG1 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2022 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 01 de novembro de 2023.

As informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas notas explicativas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua, periodicamente. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas na Nota Explicativa nº 29 - Gestão de riscos dos instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de setembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas 13 e 14 - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Notas explicativas 19 e 20 - reconhecimento e mensuração de provisões socioambientais e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações contábeis intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 29 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

2.4 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.
As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

3 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia não identificou mudanças nas políticas contábeis utilizadas na preparação destas informações contábeis intermediárias, as quais são as mesmas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que devem ser lidas em conjunto com estas informações contábeis intermediárias.

4 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (‘IASB’) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’), aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma Companhia irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2023
Alterações à IAS 1 – Apresentação das Informações contábeis intermediárias e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas informações contábeis intermediárias de uma Companhia, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das informações contábeis intermediárias de propósito geral tomadas com base nessas informações contábeis intermediárias. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas.	01/01/2023
Alterações à IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas informações contábeis intermediárias sujeitos à incerteza na mensuração".	01/01/2023
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.	01/01/2023

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	Alteração referente a classificação e divulgação de passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. O passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo circulante ou não circulante.	01/01/2024
IFRS 16 / CPC 6 (R2)	Alteração referente a requerimentos que especificam que o vendedor arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda, de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2023	**31/12/2022**
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	5.484	1.628
- Banco Itaú Unibanco S.A.	-	66
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras de curto prazo		
- Banco Itaú Unibanco S.A. (*)	-	76.076
- Banco do Brasil S.A. (i)	920	15.131
- Banco Bradesco S.A. (ii)	49.402	58.858
	55.809	**151.762**

(*) Em 30 de setembro de 2023, a Companhia transferiu o saldo para a nota explicativa nº 7, conforme o item 7 do CPC 03 (R2).

(i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período findo em 30 de setembro de 2023 de aproximadamente 96% do CDI (96% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(ii) CDB do Banco Bradesco com taxa de remuneração realizada no período findo em 30 de setembro de 2023 de aproximadamente 100% do CDI (101% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

7 Aplicações financeiras

	30/09/2023	31/12/2022
- Banco Itaú Unibanco S.A. (i)	92.047	76.076
	92.047	**76.076**

(i) Fundos de investimentos com taxa de remuneração realizada no período findo em 30 de setembro de 2023 de aproximadamente 97% do CDI (105% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos, que são realizadas com instituições do mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 29.

8 Contas a receber

	30/09/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes (i)	54.151	40.116
Partes relacionadas (ii)	960	948
	55.111	**41.064**

Referem-se, substancialmente:

(i) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R$ 54.151 (R$ 40.114 em 31 de dezembro de 2022); e
(ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a partes relacionadas R$ 960 (R$ 948, em 31 de dezembro de 2022). Nota explicativa nº 28.
Não há saldos em contas a receber vencidos a mais de 30 dias.

9 Estoques

	30/09/2023	31/12/2022
Almoxarifado	9.145	7.250
	9.145	**7.250**

Os materiais em almoxarifado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

10 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante	30/09/2023	31/12/2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	7.736	8.998
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	1.528	2.153
Imposto de Renda a recuperar	23	-
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	-
	9.632	**11.151**

Não circulante	**30/09/2023**	**31/12/2022**
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) (ii)	20.332	16.145
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	-	1.023
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	-	345
Imposto de Renda a recuperar	-	22
	20.332	**17.535**
	29.964	**28.686**

(i) A Companhia, nos termos do art. 3º das Leis nº 10.833/03 e 10.637/02, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, compras de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente, a Companhia possui expectativa de gerar R$ 35.573 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para os próximos 12 (doze) meses, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.

(ii) Saldo de imposto de renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras referentes aos aportes dos acionistas, recursos obtidos junto ao BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e das operações comerciais. A Companhia tem expectativa de realização a partir de pedido de ressarcimento dos valores junto à RFB por meio de PERDCOMP.

11 Fundos vinculados

	30/09/2023	**31/12/2022**
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	38.618	35.675
Conta centralizadora	11.500	11.381
	50.118	**47.056**
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	31.896	26.209
Reserva adicional (*)	-	26.325
Conta de pagamento	10.883	6.390
	42.779	**58.924**
(iii) Referente ao CUST		
Conta Centralizadora	5.548	5.104
	5.548	**5.104**
	98.445	**111.084**

(*) Em maio de 2023, o saldo (R$ 25.424) foi transferido para a conta corrente pelo motivo da Companhia ter apresentado o ICSD acima de 1,2, calculado com base no exercício de 2022 e de acordo com o item 46 do 1º Aditamento e Consolidação do Contrato de Cessão Fiduciária de Direito Creditórios e Administração de Contas entre o BNDES, a Companhia, a Pentágono e o Banco Bradesco (**).

(i) Referentes aos financiamentos BNDES

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta reserva
A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, "Garantias da Operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios".

Conta reserva adicional
A conta reserva adicional é composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 11.

Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária, através do Banco ABC no valor de R$ 90.900, vigente até 30 de dezembro de 2021, dessa forma, em janeiro de 2020, o valor de R$ 88.598 vinculado na conta corrente junto ao Banco do Bradesco, foi liberado para movimento em conta corrente.

Em 1 de dezembro de 2021, através do Banco Bradesco, a carta de fiança bancária foi renovada no valor de R$ 90.900, com vigência até 31 de dezembro de 2023.

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva
A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

(**) Conta reserva adicional
A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17.

Conta pagamento
Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

(iii) Referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

Mantida junto ao Banco Bradesco, utilizada para garantia do pagamento dos encargos do CUST.

A Constituição de Garantias prevê a manutenção de duas contas vinculadas, sob titularidade da Companhia, sendo elas a Conta vinculada centralizadora e a Conta vinculada Especial. Em caso de inadimplência, a Concessionária de Transmissão ou o ONS, conforme o caso, informará à Companhia, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios. Não havendo, por parte da Companhia, a quitação do débito, conforme a data estabelecida no contrato, a Concessionária de Transmissão comunicará o não pagamento ao ONS. Sendo assim, o Mecanismo de Garantia será acionado, com a ciência da Companhia. Após a instrução emitida pelo ONS, o Gestor (Banco Bradesco), efetuará o bloqueio da Conta vinculada Centralizadora da Companhia, transferindo para a Conta vinculada Especial os recursos disponíveis, até o valor do débito informado na instrução do ONS, com os acréscimos moratórios previstos em contrato. Dessa forma, a Companhia mantém o saldo mínimo o valor representativo de 110% da média aritmética das últimas 3 (três) faturas.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Alíquota	30/09/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(582.441)	(546.457)
Imposto de renda diferido	25%	145.634	136.639
Contribuição social diferida	9%	52.419	49.181
		198.053	**185.820**
Provisão de *impairment*		(757.825)	(757.825)
Imposto de renda diferido	25%	189.456	189.456
Contribuição social diferida	9%	68.204	68.204
		257.660	**257.660**
Redução de depreciação devido ao registro de *impairment*		46.648	25.662
Imposto de renda diferido	25%	(11.659)	(6.414)
Contribuição social diferida	9%	(4.198)	(2.310)
		(15.857)	**(8.724)**
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.293.618)	(1.278.620)
Imposto de renda diferido	25%	323.431	319.681
Contribuição social diferida	9%	116.425	115.075
		439.856	**434.756**

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**395.940**
Reconhecimento no exercício	47.540
(-) Reversão no exercício	(8.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**434.756**
Reconhecimento no período	12.233
(-) Reversão no período devido a redução da depreciação	(7.133)
Saldo em 30 de setembro de 2023	**439.856**

Demonstrativo de base de cálculo

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
	IR e CSLL	IR e CSLL	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(9.415)**	**(6.921)**	**(15.409)**	**(52.660)**
Adições	(1.920)	798	413	1.237
Exclusões	(3.613)	(5.567)	(20.985)	(19.696)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	**(14.948)**	**(11.690)**	**(35.981)**	**(71.119)**
Alíquota do imposto de renda e contribuição social (*)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	**5.082**	**3.975**	**12.234**	**24.180**
Impacto no valor do IR (*)	(13)	6	(1)	19
Imposto de renda e contribuição social no resultado	5.069	3.981	12.233	24.199
Reversão de diferenças temporárias	(2.376)	(2.181)	(7.133)	(6.544)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**2.693**	**1.800**	**5.100**	**17.655**
Contribuição social diferida	716	475	1.350	4.669
Imposto de renda diferido	1.977	1.325	3.750	12.986
	2.693	**1.800**	**5.100**	**17.655**
Alíquota efetiva	(28,6%)	(26,0%)	(33,1%)	(33,5%)

(*) Aplicação da alíquota direta de 34% na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, sem desconsiderar o adicional na base de cálculo do imposto de renda no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) no período.

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 30 de setembro de 2023.

Exercícios	**Total**
2025	10.576
2026	14.028
2027	15.531
2028	17.560
2029	19.589
Entre 2030 e 2044	362.572
Total	**439.856**

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Desde a entrada em operação, no segundo semestre de 2019, a Companhia não possui histórico de lucros, entretanto, em atendimento a sua política contábil de reconhecimento dos tributos diferidos constituídos sobre o Prejuízo Fiscal e sobre a Base Negativa da Contribuição Social, realizou, em setembro de 2023, a estimativa de realização destes tributos de acordo com as determinações dos itens 34 a 37 do CPC 32 / IAS 12.

13 Imobilizado

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2023

		Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Transferências	(Reversão) / reconhecimento de provisão	Baixas	Saldo em 30/09/2023
Geração								
Em curso								
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		275	4	-	(275)	-	-	4
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	(iii)	152.496	8.170	-	(15.523)	-	-	145.143
Máquinas e equipamentos		-	1.180	-	(1.180)	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(i)	636	93	-	-	-	-	729
		153.407	**9.447**	**-**	**(16.978)**	**-**	**-**	**145.876**
Terrenos a pagar	(ii.a)	**770**	-	-	-	(199)	-	571
Medições	(ii.b)	584	-	-	-	-	-	584
Subtotal – Geração em curso		**154.761**	**9.447**	**-**	**(16.978)**	**(199)**	**-**	**147.031**
Em serviço								
Veículos		752	-	-	-	-	-	752
Terrenos		392.837	315	-	-	-	-	393.152
Reservatórios		1.891.763	-	-	15.523	-	-	1.907.286
Edificações		490.387	-	-	1.123	-	-	491.510
Máquinas e equipamentos		267.211	47	-	332	-	-	267.590
Móveis e utensílios		930	-	-	-	-	-	930
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(314)	-	(52)	-	-	-	(366)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(38.126)	-	(6.802)	-	-	-	(44.928)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(182.695)	-	(33.162)	-	-	-	(215.857)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(48.085)	-	(8.585)	-	-	-	(56.670)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(29.262)	-	(5.257)	-	-	-	(34.519)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(169)	-	(29)	-	-	-	(198)
Subtotal – Geração em serviço		**2.745.229**	**362**	**(53.887)**	**16.978**	**-**	**-**	**2.708.682**

		Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Transferências	(Reversão) / reconhecimento de provisão	Baixas	Saldo em 30/09/2023
Total – Geração		**2.899.990**	**9.809**	**(53.887)**	**-**	**(199)**	**-**	**2.855.713**
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv)	(3.428)	-	(609)	-	-	-	(4.037)
Total – Sistema de transmissão de conexão		**30.692**	**-**	**(609)**	-	**-**	**-**	**30.083**
Administração								
Em serviço		2.303	150	-	-	-	(19)	2.434
(-) Depreciação acumulada		(1.902)	-	(120)	-	-	4	(2.018)
Total – Administração		**401**	**150**	**(120)**	**-**	**-**	**(15)**	**416**
Total – Imobilizado		**2.931.083**	**9.959**	**(54.616)**	**-**	**(199)**	**(15)**	**2.886.212**
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(757.826)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(757.826)
Total – Imobilizado líquido		**2.173.257**	**9.959**	**(54.616)**	**-**	**(199)**	**(15)**	**2.128.386**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

		Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / reconhecimento de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Geração								
Em curso								
Terrenos		384	-	-	(384)	-	-	-
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		275	-	-	-	-	-	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	(iii)	146.628	33.262	-	(28.256)	862	-	152.496
Adiantamentos a fornecedores	(i)	620	16	-	-	-	-	636
		147.907	**33.278**	**-**	**(28.640)**	**862**	**-**	**153.407**
Terrenos a pagar	(ii.a)	820	-	-	-	(50)	-	770
Medições	(ii.b)	2.552	-	-	-	(1.968)	-	584
Subtotal – Geração em curso		**151.279**	**33.278**	**-**	**(28.640)**	**(1.156)**	-	**154.761**
Em serviço								

		Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / reconhecimento de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Veículos		752	-	-	-	-	-	752
Terrenos		392.434	19	-	384	-	-	392.837
Reservatórios		1.863.507	-	-	28.256	-	-	1.891.763
Edificações		490.387	-	-	-	-	-	490.387
Máquinas e equipamentos		266.171	1.040	-	-	-	-	267.211
Móveis e utensílios		928	2	-	-	-	-	930
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(241)	-	(73)	-	-	-	(314)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(28.792)	-	(9.334)	-	-	-	(38.126)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(136.799)	-	(45.896)	-	-	-	(182.695)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(36.326)	-	(11.759)	-	-	-	(48.085)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(22.093)	-	(7.169)	-	-	-	(29.262)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(129)	-	(40)	-	-	-	(169)
Subtotal – Geração em serviço		**2.789.799**	**1.061**	**(74.271)**	**28.640**	**-**	**-**	**2.745.229**
Total – Geração		**2.941.078**	**34.339**	**(74.271)**	**-**	**(1.156)**	**-**	**2.899.990**
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv)	(2.590)	-	(838)	-	-	-	(3.428)
Total – Sistema de transmissão de conexão		**31.530**	**-**	**(838)**	**-**	**-**	**-**	**30.692**
Administração								
Em serviço		2.102	230	-	-	-	(29)	2.303
(-) Depreciação acumulada		(1.770)	-	(155)	-	-	23	(1.902)
Total – Administração		**332**	**230**	**(155)**	**-**	**-**	**(6)**	**401**
Total – Imobilizado		**2.972.940**	**34.569**	**(75.264)**	**-**	**(1.156)**	**(6)**	**2.931.083**
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(720.678)	**-**	**-**	-	(37.148)	**-**	(757.826)
Total – Imobilizado líquido		**2.252.262**	**34.569**	**(75.264)**	**-**	**(38.304)**	**(6)**	**2.173.257**

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

(i) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.

(ii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos (ii.a) proprietários dos terrenos, aguardam resolução de pendencias documentais condicionadas as escrituras; e aos (ii.b) fornecedores, aguardam decisões judiciais/inventários. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.

(iii) Referem-se, substancialmente, aos projetos e programas socioambientais em atendimento a Licença de Operação, os quais a Companhia estima que sejam concluídos até dezembro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa 19.

(iv) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados e os bens em que a vida útil ultrapassam o período de concessão, têm vida útil econômica limitada até o final do prazo da concessão.

A Companhia mantém em seus controles de ativos os bens do investimento em P&D no qual ao valor da despesa depreciação é revertido do resultado e controlado no Passivo Não Circulante "Obrigações Especiais da Concessão" no valor R$ 18.

a) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no período

Durante o período, a Companhia revisou o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa, a qual é composta pelo ativo imobilizado, representado substancialmente pela usina e seus correspondentes equipamentos de geração e pelo ativo intangível relacionado a utilização do bem público – UBP, tendo em vista os atrasos iniciais nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela ausência de licenças ambientais. Em 2016 a Companhia enfrentou atrasos na emissão da Autorização de Supressão Vegetal, na margem esquerda do rio Teles Pires e em 2019 na emissão da Licença de Operação. Neste período, a Companhia não identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Provisão para perda por redução ao valor recuperável	**30/09/2023**	**31/12/2022**
Saldo inicial	(757.826)	(720.678)
Provisão	-	(37.148)
Total impairment	**(757.826)**	**(757.826)**

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	**30/09/2023**	**31/12/2022**
Imobilizado	2.128.386	2.173.257
Intangível	30.917	31.814
	2.159.303	**2.205.071**

14 Intangível

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2023

	Saldo em 31/12/2022	**Adições (+)**	**Amortização (-)**	**Reversões**	**Saldo em 30/09/2023**
Geração					
Em serviço					
Software – GER	134	-	-	-	134
(-) Amortização *Softwares* – GER	(49)	-	(18)	-	(67)
UBP (i)	35.428	-	-	-	35.428
(-) Amortização– acumulada - UBP (ii)	(3.708)	-	(878)	-	(4.586)
Total – Geração	**31.805**	**-**	**(896)**	**-**	**30.909**
Administração Central					
Em serviço	1.017	-	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.008)	-	(1)	-	(1.009)
Total – Administração	**9**	**-**	**(1)**	**-**	**8**
Total	**31.814**	**-**	**(897)**	**-**	**30.917**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições (+)	Amortização (-)	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Geração					
Em serviço					
Software – GER	80	54	-	-	134
(-) Amortização *Softwares* – GER	(30)	-	(19)	-	(49)
UBP (i)	43.543	-	-	(8.115)	35.428
(-) Amortização– acumulada - UBP (ii)	(6.526)	-	(1.171)	3.989	(3.708)
Total – Geração	**37.067**	**54**	**(1.190)**	**(4.126)**	**31.805**
Administração Central					
Em serviço	1.017	-	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.004)	-	(4)	-	(1.008)
Total – Administração	**13**	**-**	**(4)**	**-**	**9**
Total	**37.080**	**54**	**(1.194)**	**(4.126)**	**31.814**

(i) Geração –-Em serviço - Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R$ 2.647 em 30 de setembro de 2023 e R$ 2.549 em 31 de dezembro de 2022) e não circulante (R$ 34.236 em 30 de setembro de 2023 e R$ 34.537 em 31 de dezembro de 2022), Nota Explicativa nº 18, em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 8,8 % a.a., (9,07% em 31 de dezembro de 2022) decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo circulante e não circulante são contabilizados em despesas financeiras.

(ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

15 Fornecedores

	30/09/2023	31/12/2022
Energia comprada para revenda (i)	4.729	7.110
EUST (ii)	4.306	4.590
Materiais e serviços (iii)	3.689	3.375
Partes relacionadas (iv)	3.242	2.753
Outros (v)	1.078	1.650
Retenções contratuais (vi)	729	540
Seguros a pagar (vii)	91	1.750
	17.864	**21.768**

(i) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do período.
(ii) Referem-se aos EUST´s prestados pelas transmissoras (clientes).
(iii) Referem-se aos materiais/serviços para a operação e manutenção da usina.
(iv) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 28.
(v) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório e gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, etc.
(vi) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.
(vii) Refere-se, substancialmente, ao seguro de risco operacional (em 31/12/2022) e seguros de veículos, vidas e prediais.

16 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das informações contábeis intermediárias.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 30 de setembro de 2023

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	40.921	-	(1.101)	39.820
		40.921	**-**	**(1.101)**	**39.820**
	Encargos	**Principal**	**Encargos da dívida**	**Custo incremental**	**Total**
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.113.626	-	(15.064)	1.098.562
Atualização	TJLP	-	4.096	-	4.096
		1.113.626	**4.096**	**(15.064)**	**1.102.658**
Total do financiamento		**1.154.547**	**4.096**	**(16.165)**	**1.142.478**

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2022

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	38.065	-	(1.098)	36.967
		38.065	**-**	**(1.098)**	**36.967**
	Encargos	**Principal**	**Encargos da dívida**	**Custo incremental**	**Total**
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.134.803	-	(15.889)	1.118.914
Atualização	TJLP	-	4.161	-	4.161
		1.134.803	**4.161**	**(15.889)**	**1.123.075**
Total do financiamento		**1.172.868**	**4.161**	**(16.987)**	**1.160.042**

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 17) em 30 de setembro de 2023 – (9 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	**Debêntures**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.160.042**	**299.180**	**1.459.222**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(28.374)	(12.827)	(41.201)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(28.374)**	**(12.827)**	**(41.201)**
Outras variações			
Provisão de juros	84.560	29.782	114.342
Pagamento de juros	(74.571)	(12.146)	(86.717)
Custo de transação	821	657	1.478
Total de outras variações	**10.810**	**18.293**	**29.103**
Saldo em 30 de setembro de 2023	**1.142.478**	**304.646**	**1.447.124**

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 17) em 31 de dezembro de 2022 - (12 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	**Debêntures**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.117.858**	**288.104**	**1.405.962**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Financiamentos captados	981	-	981
Amortização de principal	(17.804)	(7.578)	(25.382)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(16.823)**	**(7.578)**	**(24.401)**
Outras variações			
Provisão de juros	108.232	41.866	150.098
Pagamento de juros	(50.323)	(24.091)	(74.414)
Custo de transação	1.098	879	1.977
Total de outras variações	**59.007**	**18.654**	**77.661**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.160.042**	**299.180**	**1.459.222**

Movimentação do período do custo incremental findo em 30 de setembro de 2023 – (9 meses)

	Saldo em 31/12/2022	**Adição**	**Amortização**	**Saldo em 30/09/2023**
Custo incremental	16.986	-	(821)	16.165

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Custo incremental	18.085	-	(1.098)	16.987

Segundo o CPC 48, os custos incrementais são diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de passivo financeiro. Os custos incrementais devem incluir taxas e comissões pagas a agentes, consultores, corretores e revendedores, impostos e encargos de transferências. Os custos de transação não devem incluir prêmios ou descontos de dívida, custos de financiamento ou custos administrativos internos ou de retenção.

A Companhia reconheceu no momento de emissão de financiamentos os custos incrementais relativos aos financiamentos. Após a entrada em operação comercial, os custos são apropriados de forma mensal em contrapartida a despesa.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

No dia 11 de novembro de 2021, a Companhia recebeu a Carta AE/DEENE1 nº 093/2021 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a qual autorizou a suspensão temporária (*standstill*) de 15 de dezembro de 2021 até 15 de junho de 2022 dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 16.2.0270.1, no qual foi disponibilizado ao mercado desde março de 2020 para o enfrentamento dos efeitos adversos financeiros da pandemia do corona vírus e também no enfrentamento da crise hídrica de 2021. A Companhia retomou os pagamentos a partir de 15 de julho de 2022.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª – Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	**1.018.000**		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

Período	**Subcrédito D**
Entre novembro/2023 até dez/2024	1.150

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Vencimentos:	**Total**
2023	39.820
2024	41.948
2025	45.668
2026	49.718
2027	54.128
2028	58.929
Após 2028	867.331
Total da dívida com encargos	**1.157.542**
Custo incremental de longo prazo	**(15.064)**
	1.142.478

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.

- Penhor, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.

- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.

- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela Amortização de principal e pagamento de juros). Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, anualmente medido, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

A Companhia mantém o índice de capitalização confortável, o índice exigido pelo BNDES é de 20%, sendo este, o resultado da razão do Patrimônio Líquido/Ativo total, o índice total no final de setembro de 2023 está em 45,83% (45,58% em 31 de dezembro de 2022).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da finança corporativa.

A Companhia iniciou as medições com base no ano de 2019, embora não tenha atendido aos requisitos em 2019 e 2021. Entretanto, nos anos de 2020 e 2022, a índice foi plenamente atendido. Porém, de acordo com o contrato junto ao BNDES há a previsibilidade da quebra das cláusulas restritivas quando o índice não for atendido por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados. Entretanto, em 15 de setembro de 2020, o 3º Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios celebrados entre a Companhia e o BNDES, de acordo com o item 37 da cláusula segunda, foi alterado o início das medições do ICSD: "com base no exercício social encerrado em 31 (trinta e um) de dezembro de 2020". Portanto, a Companhia mantém adimplente com o ICSD, anual, requeridos pelo contrato, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	**2020**	**2021**	**2022**
ICSD	1,66	0,85	1,21

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)
A Companhia possui contratos de financiamentos, com Cláusulas Restritivas (*Covenants*) atreladas a condições operacionais e financeiras. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2023, pois cumpriu estas cláusulas restritivas em 30 de setembro de 2023.

17 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R$ 236.000 ("Segunda Emissão de Debêntures"). A integralização das debêntures foi realizada à vista, dividida em R$ 208.722 em 03 de julho de 2018 e R$ 27.278 em 10 de julho de 2018, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão – Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos de juros semestrais e principal anual a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado mais os juros

O valor nominal atualizado mais os juros serão amortizados em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	**Valores**
2023	42.585
2024	24.174
2025	30.015
2026	36.207
2027	41.128
2028	38.905
A partir de 2028	98.645
Total da dívida com encargos	**311.659**
Custo incremental de longo prazo	**(7.013)**
	304.646

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 ("data da incorporação"); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5% e EDFNF 51%. As fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em Informações contábeis anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD, anual, superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Informações contábeis auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD, anual, num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados, iniciando em 2019. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas Demonstrações Financeiras, anuais, auditadas.

A Companhia iniciou as medições com base no ano de 2019, embora não tenha atendido aos requisitos em 2019 e 2021. Entretanto, nos anos de 2020 e 2022, a índice foi plenamente atendido. Porém, de acordo com o contrato junto ao BNDES há a previsibilidade da quebra das cláusulas restritivas quando o índice não for atendido por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados. Entretanto, em 15 de setembro de 2020, o 3º Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios celebrados entre a Companhia e o BNDES, de acordo com o item 37 da cláusula segunda, foi alterado o início das medições do ICSD: “com base no exercício social encerrado em 31 (trinta e um) de dezembro de 2020”. Portanto, a Companhia mantém adimplente com o ICSD, anual, requeridos pelo contrato, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	**2020**	**2021**	**2022**
ICSD	1,66	0,85	1,21

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

A Companhia possui contratos de debêntures, com Cláusulas Restritivas (*Covenants*) atreladas a condições operacionais e financeiras. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2023, pois cumpriu estas cláusulas restritivas em 30 de setembro de 2023.

Composição das debêntures em 30 de setembro de 2023

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	19.320	-	(639)	18.681
Atualização		-	23.904	-	23.904
		19.320	**23.904**	**(639)**	**42.585**
Não circulante					
Debêntures		185.069	-	(7.013)	178.056
Atualização		-	84.005	-	84.005
		185.069	**84.005**	**(7.013)**	**262.061**
Total das debêntures		**204.389**	**107.909**	**(7.652)**	**304.646**

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2022

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	12.721	-	(711)	12.010
Atualização		-	23.734	-	23.734
		12.721	**23.734**	**(711)**	**35.744**
Não circulante					
Debêntures		205.574	-	(7.598)	197.976
Atualização		-	65.460	-	65.460
		205.574	**65.460**	**(7.598)**	**263.436**
Total das debêntures		**218.295**	**89.194**	**(8.309)**	**299.180**

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2023 - (9 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/09/2023
Circulante						
Debêntures	36.180	(12.827)	(4.105)	-	72	19.320
Atualização	(436)	(12.146)	35.847	-	-	23.265
	35.744	**(24.973)**	**31.742**	**-**	**72**	**42.585**
Não circulante						
Debêntures	180.443	-	4.041	-	585	185.069
Atualização	82.993	-	35.783	29.782	-	76.992
	263.436	**-**	**(31.742)**	**29.782**	**585**	**262.061**
Total das debêntures	**299.180**	**(24.973)**	**-**	**29.782**	**657**	**304.646**

Movimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Debêntures	6.589	(7.578)	37.081	-	88	36.180
Atualização	22.117	(24.091)	1.953	(415)	-	(436)
	28.706	**(31.669)**	**39.034**	**(415)**	**88**	**35.744**
Não circulante						
Debêntures	192.539	-	(12.887)	-	791	180.443
Atualização	66.859	-	(26.147)	42.281	-	82.993
	259.398	**-**	**(39.034)**	**42.281**	**791**	**263.436**
Total das debêntures	**288.104**	**(31.669)**	**-**	**41.866**	**879**	**299.180**

Movimentação do período do custo incremental findo em 30 de setembro de 2023 – (9 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo em 30/09/2023
Custo incremental	8.309	-	(657)	7.652

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Custo incremental	9.188	-	(879)	8.309

18 Uso do Bem Público

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2023 - (9 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.549**	**34.537**	**37.086**
Adições	-	-	-
Atualizações monetárias	98	1.687	1.785
Pagamentos	(1.988)	-	(1.988)
Transferências	1.988	(1.988)	-
Saldo em 30 de setembro de 2023	**2.647**	**34.236**	**36.883**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.465**	**35.554**	**37.019**
Adições	-	-	-
Atualizações monetárias	142	2.428	2.570
Pagamentos	(2.503)	-	(2.503)
Transferências	3.445	(3.445)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.549**	**34.537**	**37.086**

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R$ 1.531 (definido no contrato de concessão). O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050. O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A atualização da obrigação foi registrada em contrapartida ao Uso do Bem Público – Intangível durante o período de construção da Usina. Após a entrada em operação da UHE Sinop, o passivo de UBP é atualizado monetariamente em contrapartida a despesas financeiras e amortizado por meio de pagamentos mensais.

19 Provisões socioambientais

Referem-se às provisões relacionadas aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (Capex) e resultados do período (Opex).

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2023 - (9 meses)

	Passivo		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**34.558**	**62.433**	**96.991**
Adições	167	1.295	1.462
Atualizações monetárias	425	1.615	2.040
Baixas	(14.110)	(1.267)	(15.377)
Transferências	15.567	(15.567)	-
Saldo em 30 de setembro de 2023	**36.607**	**48.509**	**85.116**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**18.208**	**49.919**	**68.127**
Adições	19.671	16.966	36.637
Atualizações monetárias	723	3.589	4.312
Baixas	(20.987)	-	(20.987)
AVP	-	8.902	8.902
Transferências	16.943	(16.943)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**34.558**	**62.433**	**96.991**

(*) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras)**,** Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários**,** Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudas**,** Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática**,** Programa de Monitoramento da Ictiofauna + Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial**,** Subprograma de Monitoramento Limonológico e de Qualidade da Água**,** Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas**,** Remanejamento da População**,** PRAD APP do Reservatório (3.000 hectares) e o Projeto Peixes, TAC Vinculado ao Sistema Sincar, TAC Projeto ampliação laboratório SEMA, TAC Bens móveis para o CIMA, Apoio ao município Sinop, SNUC, ACP, TAC compensações ambientais.
TAC 06/2022: Construção da DEMA, Projeto de terraplanagem e topografia, construção da Delegacia de Polícia Judiciária do município de Cláudia, Implantação do Laboratório da POLITEC, Projeto Água do Futuro, Projeto SISPESCA, Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, Projeto Implemento de Equipamento para Segurança Orgânica e Rede Lógica do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, Fundo Estadual do Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Cláudia.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia revisitou as provisões e concluiu que os valores substanciais são relacionados a: (i) termos de compensações ambientais que não sofrem reajustes de atualizações monetárias; e (ii) valores de provisões baseados em contratações anteriores, contabilizados a valor presente.

20 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade "provável"
Movimentações em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

	30/09/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**135**	**127**
Adições	5	8
Saldo final	**140**	**135**

A Companhia é ré em processos trabalhistas e os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado do Maranhão.

Contingências classificadas com probabilidade "possível"

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como "possível" e, consequentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível.
Em 30 de setembro de 2023, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R$ 231.752 (R$ 248.801 em 31 de dezembro de 2022), tais como: processos trabalhistas envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, e regulatórios, fiscais e ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação do período findo em 30 de setembro de 2023 - (9 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2023
Cíveis e outras (i).(a)	176.122	5.457	(26.529)	155.050
Tributárias (ii)	71.962	2.475	-	74.437
Trabalhistas (iii)	717	1.562	(14)	2.265
Total	**248.801**	**9.494**	**(26.543)**	**231.752**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Cíveis e outras (i)	219.984	16.304	(60.166)	176.122
Tributárias (ii)	-	71.962	-	71.962
Trabalhistas (iii)	883	229	(395)	717
Total	**220.867**	**88.495**	**(60.561)**	**248.801**

(i) Cíveis

As contingências cíveis, são de autoria de Entidades Públicas e equiparadas, tais como: SEMA, Ministério Público Federal, Prefeituras e sindicatos (R$ 43.838) e Pessoas Físicas e Jurídicas (R$ 111.212). (i.a) As baixas de R$ 26.543 referem se substancialmente a um recurso com perda de objeto tendo em vista a celebração de um Termo de Compromisso com a SEMA/MT, em janeiro de 2019, no valor de R$ 26.515 e contabilizado nas provisões socioambientais e que atualmente o saldo residual dessa provisão é de R$ 16.369. Entretanto, o recurso administrativo permanece pendente junto à SEMA/MT até o cumprimento integral do Termo de Compromisso.

(ii) Tributárias

a) Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado no valor de R$ 13.218, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.
Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.
Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Munícipio ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo concluso para saneamento desde 19 de abril de 2021.

b) Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado de R$ 45.798, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.
Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.
Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Munícipio ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais.
Processo aguardando a conclusão da perícia técnica.

Para ambos os processos tributários, a Companhia argumenta em sua defesa a ausência do termo de inscrição e da notificação do contribuinte, à luz da Lei de Execuções Fiscais, assim como a ofensa ao princípio da legalidade e publicidade, uma vez que a inscrição é ato do processo administrativo tributário, intrínseco a legalidade e elementar ao contraditório de todo processo.

c) Receita Federal do Brasil

Multa em face da apresentação da ECF com informações inexatas, incorretas ou omitidas nos anos de 2017 e 2018. A Companhia impugnou administrativamente, pleiteando o cancelamento integral do lançamento tributário que formalizou a exigência de multa regulamentar. A impugnação não foi acolhida e em março de 2023 a Companhia apresentou recurso voluntário ao CARF.
Para este processo tributário, a Companhia argumenta: (i) presença de efeito confiscatório na imposição da penalidade, passível de aferição tanto na Lei como na aplicação da mesma por parte da autoridade fiscal; (ii) erro de critério jurídico na aplicação da penalidade; (iii) indevida aplicação da penalidade aos casos em que a conduta do contribuinte já tem outra penalidade específica aplicável; e (iv) incorreta duplicidade de aplicação da penalidade, caracterizada pela sua dupla incidência sobre os mesmos fatos na esfera de tributos distintos.
A Companhia entende que o risco do processo é possível e o valor atualizado é de R$ 15.420.

(iii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

21 Capital social

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor total de capital social integralizado é de R$ 2.234.136, que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Acionistas	**Subscrito e integralizado**	**Autorizado**	**Participação**
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
EDF Brasil Holding S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	**2.234.136**	**100,0%**

Resultado líquido por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
(Prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	(6.722)	(5.121)	(10.309)	(35.005)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136	2.234.136	2.234.136
(Prejuízo) por ação (básico) - R$	(0,00301)	(0,00229)	(0,00461)	(0,01567)
(Prejuízo) por ação (diluído) - R$	(0,00301)	(0,00229)	(0,00461)	(0,01567)

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o resultado por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

O prejuízo contábil deverá ser, obrigatoriamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. Desta forma, o saldo da conta "Reserva Legal (PL)" e "Reserva de Capital (PL)" somente poderão ser utilizadas para compensação do prejuízo apurado no exercício na hipótese de não haver saldo suficiente nas contas "Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)" e "Reserva de Lucros (PL)".

22 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Receitas com vendas de energia - (i) ACR	88.554	84.694	265.695	252.322
Receitas com vendas de energia - (ii) ACL	2.857	2.663	8.396	7.757
Receitas com vendas de energia – (iii) CCEE (*)	(65)	1.524	20.463	6.512
COFINS sobre venda de energia elétrica	(6.942)	(6.791)	(22.386)	(20.260)
PIS sobre venda de energia elétrica	(1.508)	(1.474)	(4.861)	(4.399)
Encargos setoriais	(2.627)	(1.901)	(11.261)	(11.211)
	80.269	**78.715**	**256.046**	**230.721**
Referem-se à comercialização de energia elétrica de:				
(i) ACR				
MWh	465.850	471.336	1.397.732	1.404.205
Preço médio – em R$	190,09	179,69	190,09	179,69
(ii) ACL				
MWh	12.629	12.629	37.477	37.477
Preço médio – em R$	226,23	210,85	224,03	206,98
(iii) CCEE				
MWh	-	35.532	72.094	113.797
Preço médio – em R$(**)	-	42,89	64,88	57,22

(*) Em agosto de 2022, a Companhia pleiteou o expurgo de horas indisponíveis, referente ao período de novembro de 2020 a janeiro de 2021 (45 dias), em que a UHE Sinop ficou com restrições operativas por questões ambientais (SEMA/MT). Após o deferimento da ANEEL, através do Despacho Nº 3.607, em fevereiro de 2023 ocorreu a recontabilização dos efeitos do expurgo na CCEE, referente ao período de janeiro de 2021 a novembro de 2022 no valor de R$ 15.783. Posteriormente, haverá ainda a recontabilização referente ao período de novembro de 2020 a dezembro de 2020.

(**) Preço médio de liquidação no Mercado de Curto Prazo, referente ao período, desconsiderando o valor do expurgo de horas indisponíveis (*) no valor de R$ 15.783.

23 Energia elétrica comprada para revenda e risco hidrológico

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Energia elétrica comprada para revenda (i) (*)	(11.282)	(13.870)	(31.139)	(38.219)
Risco hidrológico	(7.156)	(6.766)	(21.236)	(20.078)
	(18.438)	**(20.636)**	**(52.375)**	**(58.297)**
(i)				
MWh	44.160	57.408	173.812	178.935
Preço médio – em R$	255.48	241,60	179,15	213,59

(*) Referem-se à aquisição de energia elétrica, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

24 Encargos de uso do sistema de transmissão

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Encargos de uso do sistema de transmissão	(13.536)	(13.151)	(39.796)	(36.540)
	(13.536)	**(13.151)**	**(39.796)**	**(36.540)**

Contemplam os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP).

25 Outros custos com geração de energia elétrica

	Nota	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Depreciações e amortizações (i)	25a	(16.990)	(16.376)	(49.171)	(45.129)
Serviços de terceiros	25b	(6.814)	(5.635)	(17.994)	(20.133)
Outros (seguros, taxas regulatórias, etc.)		(927)	(1.843)	(2.699)	(3.571)
Pessoal, encargos e benefícios	25c	(634)	(930)	(2.192)	(3.358)
Materiais		(315)	(247)	(882)	(1.052)
		(25.680)	**(25.031)**	**(72.938)**	**(73.243)**

25a. Depreciações e amortizações	Nota	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
	13 e				
- Depreciação/amortização – Geração (i)	14	(18.341)	(18.460)	(54.763)	(51.380)
- Depreciação – Sistema de conexão	13	(204)	(209)	(609)	(628)
		(18.545)	**(18.669)**	**(55.372)**	**(52.008)**
Créditos de PIS e Cofins		1.555	2.293	6.201	6.879
		(16.990)	**(16.376)**	**(49.171)**	**(45.129)**

25b. Serviços de terceiros	**Nota**	**Períodos de 3 meses findos em**		**Períodos de 9 meses findos em**	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Assessoria e consultoria de O&M		(5.033)	(3.877)	(11.808)	(8.129)
Programas ambientais – OPEX		(1.030)	(1.187)	(4.199)	(10.521)
Monitoramento e vigilância		(366)	(276)	(928)	(750)
Outros		(385)	(295)	(1.059)	(733)
		(6.814)	**(5.635)**	**(17.994)**	**(20.133)**

25c. Pessoal, encargos e benefícios	**Nota**	**Períodos de 3 meses findos em**		**Períodos de 9 meses findos em**	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Remuneração de empregados		(306)	(495)	(1.073)	(1.663)
Encargos trabalhistas		(186)	(301)	(674)	(1.102)
Benefícios a empregados		(142)	(134)	(445)	(593)
		(634)	**(930)**	**(2.192)**	**(3.358)**

(i) A Companhia revisou o saldo do imobilizado líquido, e considerou a provisão para redução ao valor recuperável de ativos para depreciação dos itens do ativo imobilizado, consistente com os requerimentos do CPC 01.63.

26 Despesas gerais e administrativas

	Nota	**Períodos de 3 meses findos em**		**Períodos de 9 meses findos em**	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Pessoal, encargos e benefícios	26a	(2.027)	(1.767)	(5.172)	(5.191)
Serviços de terceiros	25b	(951)	(750)	(2.374)	(4.103)
Outros		(189)	(280)	(571)	(698)
Penalidades regulatórias e fiscais		-	(55)	(416)	(55)
Arrendamentos e aluguéis		(54)	(44)	(164)	(165)
Passagens e hospedagens		(64)	(32)	(126)	(97)
Materiais		(19)	(40)	(121)	(103)
Depreciações e amortizações	26c	(36)	(36)	(111)	(106)
		(3.340)	**(3.004)**	**(9.055)**	**(10.518)**

26a. Pessoal, encargos e benefícios	**Nota**	**Períodos de 3 meses findos em**		**Períodos de 9 meses findos em**	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Remuneração de empregados		(1.037)	(834)	(2.697)	(2.359)
Encargos trabalhistas		(674)	(680)	(1.651)	(2.081)
Benefícios a empregados		(316)	(253)	(824)	(751)
		(2.027)	**(1.767)**	**(5.172)**	**(5.191)**

26b. Serviços de terceiros	**Nota**	**Períodos de 3 meses findos em**		**Períodos de 9 meses findos em**	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis		(760)	(503)	(1.718)	(3.382)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP		(59)	(104)	(284)	(374)
Outros		(76)	(52)	(180)	(142)
Telefonia, internet, água e energia elétrica		(35)	(35)	(106)	(95)
Monitoramento e vigilância		(21)	(56)	(86)	(110)
		(951)	**(750)**	**(2.374)**	**(4.103)**

26c. Depreciações e amortizações	**Nota**	**Períodos de 3 meses findos em**		**Períodos de 9 meses findos em**	
		30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
- Depreciação – Administração	13	(38)	(40)	(120)	(115)
- Amortização – Administração	14	-	(2)	(1)	(4)
		(38)	**(42)**	**(121)**	**(119)**
Créditos de PIS e Cofins		2	6	10	13
		(36)	**(36)**	**(111)**	**(106)**

27 Resultado financeiro

	Períodos de 3 meses findos em		**Períodos de 9 meses findos em**	
	30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	7.158	8.006	21.152	19.945
Atualizações monetárias	411	915	2.033	3.980
Juros recebidos	6	-	30	21
Outras receitas	-	17	2	102
Subtotal	**7.575**	**8.938**	**23.217**	**24.048**
Despesas financeiras				
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(35.428)	(31.807)	(115.819)	(113.826)
Atualizações monetárias	(614)	(763)	(4.012)	(14.459)
Outras despesas financeiras	(142)	(67)	(375)	(225)
Juros pagos	(81)	(115)	(302)	(321)
Subtotal	**(36.265)**	**(32.752)**	**(120.508)**	**(128.831)**
	(28.690)	**(23.814)**	**(97.291)**	**(104.783)**

28 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía transações com partes relacionadas, entre elas, seus administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: EDF Holding Brasil S.A. (EDF), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE); a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS).

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da EDF Holding Brasil S.A.

Controladores

	30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023	31/12/2022		01/01/2022 a 30/09/2022
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	480	-	4.198	474	-	3.878
EUST (ii)	-	319	(2.825)	-	399	(2.631)
	480	**319**	**1.373**	**474**	**399**	**1.247**
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	480	-	4.198	474	-	3.879
EUST (ii)	-	535	(4.473)	-	475	(4.019)
	480	**535**	**(275)**	**474**	**475**	**(140)**
EDF SERVIÇOS (iii)						
Serviços	-	2.388	(6.146)	-	1.879	(5.922)
	-	**2.388**	**(6.146)**	**-**	**1.879**	**(5.922)**
TOTAL	**960**	**3.242**	**(5.048)**	**948**	**2.753**	**(4.815)**

(i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 8(ii).

(ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) do mês subsequente e dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 15 (ii).

(iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 15 (iv).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023.

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 9 meses findos em	
	30/09/2023	**30/09/2022**	**30/09/2023**	**30/09/2022**
Remuneração da diretoria (i)	(529)	(240)	(1.098)	(767)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores(ii)	(383)	(250)	(747)	(596)
Benefícios dos diretores (iii)	(108)	(84)	(288)	(243)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(58)	(65)	(197)	(190)
	(1.078)	**(639)**	**(2.330)**	**(1.796)**

(i) Composta por ordenados e salários.
(ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
(iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
(iv) Composta por ordenados e salários.

29 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Fundos vinculados", "Fornecedores" e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estão registrados à custo amortizado, e, representam uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e títulos e valores mobiliários	6 e 7	147.856	151.762
Contas a receber	8	55.111	41.064
Fundos vinculados	11	98.445	111.084
		301.412	**303.910**
Fornecedores e prov. socioambientais	15 e 19	102.980	118.759
Encargos setoriais		3.888	3.031
Provisões para contingências	20	140	135
Uso do Bem Público	18	36.883	37.086
Empréstimos e financiamentos	16	1.142.478	1.160.042
Debêntures	17	304.646	299.180
		1.591.015	**1.618.233**

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão de gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	21	1.349.122	1.359.431
Ativo total		2.943.741	2.982.804
Índice de capital próprio		**0,46**	**0,46**
Passivo total		1.594.619	1.623.373
Ativo total		2.943.741	2.982.804
Índice de capital de terceiros		**0,54**	**0,54**

Dívida bruta	15 e 16	1.447.124	1.459.222
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	55.809	75.686
Dívida líquida		**1.391.315**	**1.383.536**
Patrimônio líquido	20	1.349.122	1.359.431
Endividamento em relação ao patrimônio líquido		**1,03**	**1,02**

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas nos Bancos Bradesco, Brasil e Itaú.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:
(i) as aplicações de renda fixa e baixo risco, no (a) Banco do Brasil, remunerada aproximadamente a 96% do CDI, (b) Banco Itaú, remunerada aproximadamente 97% do CDI e (c) Banco Bradesco, remunerada aproximadamente 100% do CDI. (Nota Explicativa nº 6); e
(ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 11).

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 6 e 7).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 6 e 7).

Risco de preço

As receitas da Companhia, são nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 72% (71% em 31 de dezembro de 2022) de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.

- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis pelo motivo de paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSFMRE, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas
A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis intermediárias. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensados.

30 de setembro de 2023 **Passivos financeiros não derivativos**	**Nota**	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**6 meses ou menos**	**6 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		106.894	110.237	31.072	11.801	33.496	33.868	-
Empréstimos e financiamentos	16	1.142.478	2.032.815	68.909	68.909	275.636	275.636	1.343.725
Debêntures	17	304.646	506.911	11.991	31.160	102.817	132.138	228.805
		1.554.018	2.649.963	111.972	111.870	411.949	441.642	1.572.530

31 de dezembro de 2022 **Passivos financeiros não derivativos**	**Nota**	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**6 meses ou menos**	**6 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		121.838	124.333	40.502	17.278	30.825	35.728	-
Empréstimos e financiamentos	16	1.160.042	2.018.154	18.484	18.484	273.267	273.267	1.434.652
Debêntures	17	299.180	549.391	24.644	11.100	91.689	114.624	307.334
		1.581.060	2.691.878	83.630	46.862	395.781	423.619	1.741.986

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 30 de setembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

		Risco na apreciação		Risco na depreciação	
	Cenário I	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário II**	**Cenário III**
	Provável	***25%***	***50%***	***(25%)***	***(50%)***
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
86.945		***Carteira de fundos***		***Carteira de fundos***	
	86.945	101.269	104.134	78.350	81.215
Receita financeira projetada	11.459	14.324	17.189	8.595	5.730
Taxa de juros	13,18%	16,48%	19,77%	9,89%	6,59%
Variação - R$		2.865	5.730	(2.865)	(5.730)
Aplicações CDI (ii)					
142.196		***Aumento do CDI***		***Redução do CDI***	
	142.196	160.411	164.055	131.267	134.910
Receita financeira projetada	14.572	18.215	21.859	10.929	7.286
Taxa de juros	10,25%	12,81%	15,37%	7,69%	5,12%
Variação - R$		3.643	7.286	(3.643)	(7.286)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.158.643		***Aumento da TJLP***		***Redução da TJLP***	
	1.158.643	1.259.300	1.279.432	1.098.249	1.118.380
Despesa financeira projetada	80.526	100.657	120.789	60.394	40.263
Taxa de juros	6,95%	8,69%	10,43%	5,21%	3,48%
Variação - R$		20.131	40.263	(20.131)	(40.263)
Debêntures (b)					
312.298		***Aumento do IPCA***		***Redução do IPCA***	
	312.298	328.694	331.973	302.461	305.740
Despesa financeira projetada	13.117	16.396	19.675	9.837	6.558
Taxa de juros	4,20%	5,25%	6,30%	3,15%	2,10%
Variação - R$		3.279	6.558	(3.279)	(6.558)

(i) Fundos de investimentos	
Aplicação em carteira de fundos	86.945
Conta centralizadora	11.500
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 11	**98.445**
(ii) Aplicações CDI	
Aplicação em CDI	142.196
Aplicação automática	173
Total das aplicações no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - Nota Explicativa nº 6 e 7.	**142.369**

Composição dos saldos	**BNDES (a)**	**Debêntures (b)**
Nota Explicativa	16	17
Saldo da dívida	1.142.478	304.646
Custo da transação	16.165	7.652
Total da dívida com encargos	**1.158.643**	**312.298**
Premissas (média entre 2023 e 2024)		
Carteira de fundos - Ativos	a.a.	13,18%
CDI - Ativos	a.a.	10,51%
TJLP - Passivos	a.a.	6,95%
IPCA - Passivos	a.a.	4,20%

30 Cobertura dos seguros e depósitos caucionados

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigente até	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
Liberty Seguros	7697000457	Venda de energia elétrica	15/02/2024	949	Garantia Contratada pela CHESF
Ezze Seguros S.A.	1007607000803	Venda de energia elétrica	01/01/2028	992	Garantia Contratada pela Eletronorte
Sompo Seguros S.A.	1800953385	Seguro empresarial - Sede administrativa.	16/03/2024	2.200	
Axa Corporate Solutions Seguros S.A.	02852.2023.0021.0351.0010601	Responsabilidade civil	30/06/2024	54.000	Contratado pela EDF no qual Sinop Energia consta como cossegurada.
Allianz Seguros S.A.	5177 2023 5310 0000131	Directors and officers Liability Insurance (D&O)	31/03/2024	5.212	Garantia contratada pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010-77500-15761	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Cláudia	21/08/2024	64.893	-.
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010-77500-16055	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Itaúba	04/09/2024	18.238	-
Pottencial Seguradora S.A.	03069-2023-99077-50926-585000	Seguro garantia para o Processo Administrativo Fiscal 10183.913093/2022-19	14/06/2025	698	
Pottencial Seguradora S.A.	03069-2023-99077-50926-583000	Seguro garantia para o Processo Administrativo Fiscal 1001729-31.2023.4.01.3603	14/06/2025	283	
AXA XL Seguros S.A.	02852.2023.0021.0196.0003569	Riscos operacionais	31/12/2023	2.464.398	
Chubb Seguros Brasil S.A.	17.71.0731009.28	Seguro terrorismo	31/12/2023	822.750	Contratado pela EDF no qual Sinop Energia consta como cossegurada.

31 Compromissos

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia possui o montante de R$ 114.424 (R$ 161.933 em 31 de dezembro de 2022) de compromissos assumidos.

	30/09/2023	31/12/2022
Aquisição de energia elétrica (i)	66.230	104.550
Operação e manutenção da usina (ii)	29.157	35.239
Assessorias, consultorias e auditorias (iii)	5.670	6.556
Obras da barragem/reservatório (iv)	4.822	6.528
Outros (v)	8.545	9.060
Total	**114.424**	**161.933**

(i) A Companhia tem compromissos de compras de energia previstos entre outubro de 2023 até o dezembro de 2025, no montante de 307.440 MWh, pelos motivos de (a) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (b) Redução do valor do GSF, devido às variações/restrições hidrológicas do país.

(ii) Substancialmente, a Companhia mantém o contrato de O&M (R$ 10,1 milhões) com vigência até abril de 2024 e o contrato de conexão com sistema de transmissão (R$ 16,3 milhões) vigente até o final do contrato de concessão, entre outros compromissos tais como, manutenção de bombas, segurança, telecomunicações etc.

(iii) Substancialmente, refere-se aos contratos de honorários advocatícios para defesa dos litígios junto a empreiteira e ações ambientais.

(iv) Substancialmente, refere-se a investimentos em CAPEX.

(v) Substancialmente, refere-se a compromissos ambientais referentes ao Sistema de Transposição de Peixes, monitoramentos sismológicos, hidrológicos e de climas, resgates de ictiofaunas, controles de resíduos etc.

32 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	30/09/2023	**30/09/2022**
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 13)	9.959	32.915
(Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa – provisões socioambientais) / pagamentos de imobilizados adicionados nos períodos anteriores	(3.391)	(20.638)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (fornecedores) (i)	(1.406)	(2.272)
Reversão (provisão) que não tiveram efeito caixa	1.066	(513)
Aumento de imobilizado com efeito caixa	**6.228**	**9.492**
(i) Efeito não caixa em fornecedores:		
Variação do passivo de fornecedores	(3.904)	(490)
Variação de fornecedores contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(1.406)	(2.272)
(Redução) aumento em fornecedores (DFC)	(5.310)	(2.762)

33 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes posteriores a 30 de setembro de 2023.

* * *

Carlos Roberto Boscaini Junior
Diretor presidente

Sergio Carvalho Aguiar
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9